

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.360 - RS (2019/0249866-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **JOÃO DE DEUS DA SILVA TEIXEIRA**
ADVOGADOS : **VINICIUS DOS SANTOS MORAES - RS054176**
 JOÃO ALBERTO DOS SANTOS MORAES - RS080595
AGRAVADO : **CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PORTO ALEGRE**
ADVOGADO : **FERNANDO SMITH FABRIS - RS031021**

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA.

1. Ação declaratória.
2. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos por ela utilizados, não deve ser conhecido.
3. Agravo em recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por JOÃO DE DEUS DA SILVA TEIXEIRA contra decisão que negou seguimento a recurso especial com base nos seguintes fundamentos:

i) aplicação da Súmula 83/STJ, tendo em vista o Recurso Repetitivo REsp 1.083.291/RS (Tema 59 do STJ);

ii) incidência da Súmula 7/STJ quanto à alegada ofensa aos dispositivos legais arrolados como malferidos; e

iii) aplicação das Súmulas 7/STJ e 284/STF quanto ao dissídio jurisprudencial suscitado em virtude da ausência do cotejo analítico entre os acórdãos colacionados.

Constata-se, da análise da petição do presente recurso, que o agravante não rebateu adequadamente, de forma clara e específica, os fundamentos decorrentes da aplicação das Súmulas 7 e 284/STF e 83/STJ, esta que, por si só, é suficiente à manutenção da decisão agravada.

Cumprе esclarecer que a impugnação da Súmula 83/STJ ocorre com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudencial nesta Corte Superior.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados em R\$ 300,00 (trezentos reais) devidos pelo recorrente.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora